



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Pederneiras, 11 de agosto de 2025.

JULGAMENTO DE RECURSO

Processo Administrativo nº 4960/2025

Pregão Eletrônico nº 78/2025

Objeto: Registro de preço para medicamentos

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **Acácia Comércio de Medicamentos Ltda**, contra a decisão da Administração Pública de prosseguir com o certame, apesar de instabilidade no sistema Comprasnet durante alguns minutos. Alega que foi prejudicada por essa instabilidade no Comprasnet, que ocorreu durante a fase de lances, entre 9h53 e 10h00 do dia 16/07/2025, fato reconhecido oficialmente pela Secretaria de Gestão e Inovação (Comunicado nº 23/25). Apesar de seu pedido tempestivo para reabertura da fase de lances, a Administração reabriu apenas o item 36, o que a empresa considera tratamento desigual, violando princípios da isonomia, legalidade, ampla concorrência e motivação dos atos administrativos, previstos na Lei 14.133/2021 e na Constituição Federal.

A Recorrente argumenta que:

- A ausência de reabertura para todos os itens prejudicou a lisura do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.
- A Administração tem o dever de anular atos ilegais (Art. 53 da Lei 9.784/1999 e Súmula 473 do STF).
- O edital previa igualdade na disputa de lances, o que não foi garantido.
- A jurisprudência do TCU respalda a anulação da fase comprometida por falhas técnicas.

Pedidos principais: Anulação da fase de lances do pregão, a reabertura da fase para todos os itens ou, caso não acolhido, que ao menos sejam anulados os atos relativos aos itens em que não foi possível a participação por força maior.

Não foram apresentadas contrarrazões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Iniciarei a análise do recurso manifestado, expondo que referente ao item 36, cuja reabertura foi objeto de questionamento pela recorrente, cumpre destacar que outros itens do certame também foram reabertos (itens 1, 17, 20, 23, 30 e 32), em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser conferido às microempresas e empresas de pequeno porte. A reabertura destes itens foi justificada pela impossibilidade de realização do desempate ficto, conforme previsto no edital, em razão da instabilidade momentânea do sistema:

“Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021, nessa ordem: 8.2.6.1 – Aplicação da regra do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 (...)”.

No que se refere ao **item 7**, observa-se que a empresa recorrente foi regularmente convocada para o envio da proposta, conforme previsto em edital. Contudo, não apresentou o respectivo anexo no prazo de duas horas, tampouco manifestou justificativa para a omissão, fato que desautoriza a interposição de recurso quanto a esse item específico, conforme evidenciado por registros de tela anexados ao processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS - SP | 986835



Seleção de fornecedores - Habilitação > Pregão Eletrônico : UASG 986835 - N° 90078/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

Online



7 CETOCONAZOL

Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Otde solicitada: 1200

Otde aceita: 1200

Valor estimado (unitário) R\$ 4.4300



29.404.097/0001-80 ME/EPP Programa de integridade Desclassificada	OCTO FARMACO LTDA SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 2.3800 -	Negociação: Encerrada	▼
34.180.445/0001-12 ME/EPP Programa de integridade Desclassificada	DISMATH DISTRIBUIDORA DE L RS	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 3.8700 -	Negociação: Encerrada Envio de anexos: Encerrado	▼
03.945.035/0001-91 Programa de integridade Desclassificada	ACACIA COMERCIO DE MEDIC.. MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 4.3200 -	Negociação: Encerrada Envio de anexos: Encerrado	▲
PROPOSTA ANEXOS CHAT DILIGÊNCIAS					
Prazo encerrado. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor.					
18.519.219/0001-67 ME/EPP Aceita e habilitada	POUSO FARMA HOSPITALAR L.. MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 4.3900 -	Negociação: Encerrada Envio de anexos: Encerrado	▼



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Ressalto também que apesar da instabilidade momentânea verificada no sistema Comprasnet durante a condução do certame, tal ocorrência não comprometeu a lisura nem a validade do procedimento licitatório. Isto porque, dos 36 (trinta e seis) itens licitados, todos contaram com propostas e lances apresentados em valores inferiores ao estimado, evidenciando a efetiva competitividade e vantajosidade do processo para a Administração Pública.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica ao reconhecer que eventuais falhas ou instabilidades nos sistemas eletrônicos utilizados em licitações somente ensejam a anulação do certame quando comprovado o prejuízo à ampla concorrência ou a algum licitante em específico. Nesse sentido:

“Não se anula licitação por falhas formais ou instabilidades do sistema quando não há prejuízo à competitividade, à Administração ou aos licitantes.”
(TCU, Acórdão nº 2731/2013 - Plenário)

Além disso, a anulação do procedimento, como pleiteado pela recorrente, acarretaria prejuízos desproporcionais à Administração, sobretudo considerando que o objeto da licitação – medicamentos – reveste-se de notória urgência, sendo imprescindível sua aquisição célere, em observância aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público (art. 37, caput, da Constituição Federal, e art. 5º da Lei nº 14.133/21).

Ressalte-se, ainda, que dos 36 (trinta e seis) itens licitados, 25 (vinte cinco) foram homologados sem registro de intenção de recurso por parte dos licitantes, e apenas 1 (um) item foi declarado fracassado (item 17), o que confirma a adequação da decisão administrativa de dar prosseguimento ao certame, em consonância com o princípio da razoabilidade.

No que refere-se à alegação de prejuízo pela recorrente, verifica-se que não foram apresentados elementos probatórios que demonstrem concretamente a ocorrência de qualquer dano específico, tal como a impossibilidade de registrar lance mais vantajoso ou de lograr êxito em algum item. Conforme dispõe o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, cabe à parte autora o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos de seu direito, ônus este não cumprido pela recorrente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Dessa forma, não restando evidenciado prejuízo à Administração ou à recorrente, tampouco ilegalidade no prosseguimento do certame, mantém-se a validade dos atos praticados, em observância ao interesse público primário.

Essa decisão visa garantir a legalidade, a transparência e a eficiência do processo licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as jurisprudências aplicáveis, assegurando que a contratação atenda plenamente aos interesses da administração pública e aos princípios que regem as licitações.

Eram essas, Senhora Prefeita, as informações que competiam ser dadas a Vossa Excelência sobre o caso, para sua posterior decisão.

Atenciosamente,

Priscila dos Reis Mazeto
Pregoeira